

MAXWELL RODRIGUES DE OLIVEIRA

**O BEM DEFESA COMO ESTIMULANTE DA FORMAÇÃO ECONÔMICA
MUNDIAL/NACIONAL E AS CARACTERÍSTICAS ATUAIS DOS GASTOS
NACIONAIS COM TAL FINALIDADE – UMA SÍNTESE**

SALVADOR

2004

MAXWELL RODRIGUES DE OLIVEIRA

**O BEM DEFESA COMO ESTIMULANTE DA FORMAÇÃO ECONÔMICA
MUNDIAL/NACIONAL E AS CARACTERÍSTICAS ATUAIS DOS GASTOS
NACIONAIS COM TAL FINALIDADE – UMA SÍNTESE**

**Trabalho monográfico apresentado no
curso de graduação de Ciências
Econômicas da Universidade Federal da
Bahia como requisito parcial à obtenção
do grau de Bacharel em Ciências
Econômicas**

Orientador: Prof. Osmar Gonçalves Sepúlveda.

SALVADOR

2004

T 048 Oliveira, Maxwell Rodrigues de

O bem defesa como estimulante da formação econômica mundial/nacional e as características atuais dos gastos com tal finalidade – uma síntese. -

Salvador: UFBA / FCE, 2004.

57 p. il.

1. Defesa. 2. Segurança Nacional. 3. Desenvolvimento Tecnológico. 4. Gastos Militares. 5. Orçamento Militar. I. Título.

CDD 331.12

AGRADECIMENTOS

Ao longo da consecução deste trabalho monográfico não poderia deixar de tecer uma série de agradecimentos a todos aqueles que dele participaram, direta e indiretamente. Pelos momentos de grandes batalhas, dúvidas, preocupações, mas, sobretudo, pela determinação e apoio que me permitiram avançar em mais uma etapa da minha vida profissional.

Primeiramente deixo preciosas condecorações ao querido Deus que, por intermédio de Jesus Cristo, concedeu-me muita vitalidade, força, perseverança, esperança e motivação nos momentos mais difíceis.

Em seguida, aos meus pais, Baltazar e Rosiane, pelo permanente apoio moral, afetivo, espiritual, material e por estarem sempre ao meu lado em todos os momentos, de alegria ou de tristeza. Seus longos anos de luta, privações, fé e determinação permitiram-me colher um sonho que se realiza no momento presente. Agradeço-lhes, todos os dias, por, até mesmo em meio à grandes dificuldades, estabelecerem como prioridade um a formação educacional minha e dos meus irmãos, sem isso, momentos como esse seriam impossíveis de se concretizar. Enfim, deixo a minha imensa prova de agradecimento pela formação do meu caráter, pelo amor, bem como pelas lutas travadas e vitórias alcançadas.

Aos meus irmãos Marcelo e Marcelle, pelo carinho e pelo apoio que me prestam na nossa constante batalha conjunta em busca de uma vida digna e melhor.

À Bárbara Manuela pelo apoio e força que me foi dado desde o início desse curso, ajudando-me a vencer algumas barreiras extremamente difíceis.

Aos meus amigos e familiares que, de maneira direta ou indireta, me ajudaram por estarem presentes em todos os momentos da minha vida.

Ao Maj Mota, por ter me ajudado a conseguir assistir as aulas, sem as quais tal trabalho não seria possível.

Aos Ten Chagas, Adelmo, Aureliano, Daniel, Newton, Alves e Antunes por terem me ajudado, quando de serviço para que eu pudesse frequentá-las.

À minha equipe: Maclaudio, Vagner, Santana e Railson, pelo profissionalismo e lealdade, que me deram segurança profissional para a consecução de mais esse trabalho.

À Mariana que, em muitos momentos, esteve ao meu lado, enquanto amiga e mulher, me apoiando em busca do alcance desse e de outros objetivos que me propus à conquistar.

Ao Sr Paulo de Souza Tavares pelo apoio ortográfico e auxílio pedagógico os quais ajudaram em muito a realização desse trabalho.

Ao grande prestígio e reconhecimento desta instituição e do seu corpo docente, pelo notável papel na formação de verdadeiros profissionais-cidadãos, com espírito ético, compromisso social e visão crítica da realidade. Em especial, ao professor e orientador, Osmar G. Sepúlveda, pela importância na minha formação profissional, pelas valiosas sugestões e indicações que me permitiram desenvolver este trabalho, bem como pela paciência e simpatia demonstrados.

Aos funcionários da biblioteca da faculdade de ciências econômicas pelo respeito e apoio material. A todos eles, os meus especiais agradecimentos.

Aos funcionários da Adesg pelo apoio e pela constante disponibilidade de material nos momentos de necessidade.

Agradeço ainda a todos aqueles que me estimularam ou desestimularam na realização desse objetivo pois considero que a soma desses dois fenômenos é que me propiciaram a força necessária para vencer as dificuldades.

Enfim, a minha eterna gratidão a Deus, à minha família, aos amigos, mestres e docentes desta instituição e de todos aqueles que contribuíram para a conclusão de mais um sonho e etapa na minha vida profissional.

“Deixe de lado as suas idéias habituais e inicie um novo ritmo, mudando totalmente sua direção. Trabalhe com a meticulosidade de um rato e a ousadia de um touro enfurecido. Empenhe-se na busca de idéias inusitadas, esmerando-se em cada detalhe; mantenha o espírito atento, nunca esquecendo que mesmo as pequenas coisas devem merecer todo o seu interesse. Contudo, que essas preocupações e cautelas não destruam sua audácia”.

(Miyamoto Musashi)

RESUMO

A análise da defesa como um bem público e sua relação com a economia traz consigo uma série de questões fundamentais para o entendimento da formação econômica mundial. Questões relacionadas à medição de até que ponto torna-se interessante o crescimento dos gastos com defesa, sua relação com o crescimento econômico de uma nação e quais são as contribuições que essa pode ter produzido, tendo como origem os referidos gastos. Suscitam em um período onde a humanidade observa, paralelamente a potencialização da evolução tecnológica, ações terroristas dentro da principal economia mundial e o início de uma guerra no oriente médio. Cada vez mais, a função do Estado como agente responsável pela garantia da segurança e soberania nacional bem como pela garantia das condições propícias para o crescimento econômico ganha vulto na medida em que não há condições de atingir de maneira satisfatória um dos fatores sem preocupar-se com o outro. O presente trabalho baseia-se na análise de um referencial teórico aliado ao estudo de dados secundários e estudo empírico realizado em uma unidade militar sendo composto de cinco seções além uma introdução. Na sequência será inicialmente apresentado o “bem defesa”, suas características e relações com o crescimento econômico, além de caracterizá-lo como um bem público de acordo com os princípios deste e relacioná-lo com processo orçamentário brasileiro. Na terceira seção será tratada a relação entre defesa e economia dando-se ênfase à questões relacionadas a soberania nacional e ao desenvolvimento tecnológico e industrial. Na quarta seção serão analisados os gastos militares no Brasil ao longo de um período que se inicia pouco antes do regime militar até se chegar ao período atual, além de ressaltar as principais contribuições militares no âmbito nacional. A quinta seção será dedicada à análise, de uma maneira sucinta, dos reflexos que a baixa prioridade dada à questão de defesa aliada à crise pela qual passa o processo orçamentário nacional podem provocar na instituição estudada. Na sexta e última seção serão apresentadas algumas conclusões e sugestões próprias do autor bem como buscar-se-á incentivar a realização de trabalhos futuros.

Palavras-chave: Defesa; Segurança Nacional, Poder Nacional, Desenvolvimento Tecnológico, Gastos Militares, Forças Armadas, Externalidades, Orçamento.

LISTA DE TABELAS

	Pág.
Tabela 4.1 - Brasil:Crescim. da produção, inflação e investimentos 68-84	28
Tabela 4.2 - Brasil: Participação dos setores no PIB 64-84	29
Tabela 4.3 - Brasil: Dados do recrutamento do serviço militar	39
Tabela 4.4 - Gastos com pagamento do Exército	41
Tabela 4.5 - Orçamento do Exército, quadro comparativo 1997/2005	41
Tabela 4.1 - Orçamento do Exército 2004	44

LISTA DE FIGURAS

Figura 4.1.1 – Presença do Exército Brasileiro na fronteira Amazônica	33
Figura 4.1.2 – Fortes e colônias militares na região Amazônica	34
Figura 4.1.1 – Construção terrestre na região Amazônica	35

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	DEFESA COMO BEM PÚBLICO	12
2.1	O BEM DEFESA E O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO NACIONAL	13
3	A RELAÇÃO DEFESA ECONOMIA	15
3.1	SEGURANÇA NACIONAL E PODER NACIONAL	18
3.1.1	Segurança nacional	18
3.1.2	Poder nacional	20
3.2	TECNOLOGIA E SEGURANÇA NACIONAL	21
3.3	A INDÚSTRIA BÉLICA	25
4	OS GASTOS MILITARES NO BRASIL	27
4.1	OUTRAS INFLUÊNCIAS MILITARES NA ECONOMIA NACIONAL	30
4.2	O CONTEXTO ATUAL	40
5	O EXÉRCITO BRASILEIRO NA BAHIA	45
5.1	A 4ª CIA GD E OS PRINCIPAIS REFLEXOS APRESENTADOS	48
6	PALAVRAS FINAIS E RECOMENDAÇÕES	50
	REFERÊNCIAS	55

PRINCIPAIS SIGLAS

4ª Cia GD – Quarta Companhia de Guardas

6ª RM – Sexta Região Militar do Exército Brasileiro

DSM – Diretoria de Serviço Militar do Exército Brasileiro

CPEX – Centro de Pagamento do Exército

SEF – Secretaria de Economia e Finanças

PIB – Produto Interno Bruto

CComSex – Centro de comunicação Social do Exército

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado

DIAF – Diretoria de Administração Financeira

OM – Organização Militar

LISTA DE FIGURAS

	Pág.
Figura 4.1.1 – Presença do Exército Brasileiro na fronteira Amazônica	34
Figura 4.1.2 – Fortes e colônias militares na região Amazônica	35
Figura 4.1.1 – Construção terrestre na região Amazônica	36

1 INTRODUÇÃO

Em todo o mundo, percebe-se um aumento considerável da preocupação da população com os efeitos dos gastos públicos na economia principalmente no que se refere aos impactos destes sobre o crescimento econômico do país. Questões relacionadas a uma melhor utilização dos recursos, tendo em vista a existência de limites para a expansão das receitas que financiam o aumento dos gastos *per capita* freqüentemente são suscitadas no cenário de discussão dos formadores de opinião . Nos países em processo de estabilização, tais como o Brasil, a utilização de pacotes fiscais com importante artifício macroeconômico faz com que se reforce a necessidade de aumento de produtividade dos gastos públicos.

Diversos trabalhos teóricos { Ram, 1986; Barro, 1990; Cashin, 1995; Ascahuer, 1989; entre outros} entendem que os gastos públicos podem elevar o crescimento econômico por meio do aumento da produtividade do setor privado. Os serviços de infra-estrutura (transportes, telecomunicações e energia) e a formação de um sistema legal de segurança , que preservem direitos de propriedade e a defesa nacional são alguns exemplos de atividades que servem para o setor privado.(CÂNDIDO, 1995, pg 01).

Tratando-se de um bem público, a defesa nacional deve ser oferecida pelo estado e, em contrapartida, deve servir como um arcabouço de estabilidade a fim proporcionar as condições adequadas para o desenvolvimento econômico de uma nação. A história da humanidade revela que defesa e economia se encontram extremamente entrelaçados desde que os homens passaram a organizar-se em sociedade. A utilização do bem defesa, ao ser analisado de acordo com os diferentes contextos e os diferentes interesses nacionais, proporcionou à humanidade uma série de evoluções que merecem ser destacadas.

O presente trabalho motiva-se pela experiência profissional desenvolvida no interior da 4ª Companhia de Guardas da 6ª Região militar, sendo sua “mola propulsora” o fato de desempenhar a função de responsável pelo setor de aquisições e contratos e verificar toda a dificuldade de realizar as atividades que

estavam previstas por diversas razões principalmente de ordem política orçamentária. A partir daí, iniciou-se a pesquisa visando fundamentar, baseado em um referencial teórico, as características do bem defesa, as contribuições que esse presta à formação econômica mundial/nacional, as características dos gastos com esse bem na atualidade e os impactos que essas características proporcionam na unidade estudada.

Como objetivos da pesquisa encontram-se, em forma secundária, o procedimento de elaboração/execução orçamentária nacional bem como a crise na qual encontra-se embebido tal processo e, em caráter principal, evidenciar a importância dos gastos militares como estimulante do desenvolvimento tecnológico, da formação das bases produtivas, da integralização nacional, da formação do caráter individual e da sua utilização como um dos pilares para a manutenção da segurança nacional.

2 DEFESA COMO BEM PÚBLICO

Da teoria dos bens econômicos de Mankiw e Musgrave (1993) retira-se a noção do bem público, assim considerado por ser *não-rival* e *não-exclusivo*.

Por *bem não-rival* entende-se aquele que, ao ser consumido, utilizado ou demandado por alguém, não chega a impedir ou reduzir sua disponibilidade para outros. Por *bem não-exclusivo* entende-se aquele cujo proveito ou uso não pode ser impedido pelo seu provedor (MANKIWI, 1993, p58).

Da análise dos estudos de Almeida (2002) chega-se à conclusão que a defesa nacional, neste sentido, constitui-se um bem público, ou seja, o fato de um cidadão "usufruir" da defesa não significa que outro cidadão não possa fazer o mesmo (*bem não-rival*) e o provedor da defesa, normalmente o Estado, não é capaz de impedir um ou outro cidadão de usufruir o mesmo bem (*bem não-exclusivo*).

A defesa, assim como a justiça e a segurança pública, é inegavelmente, um bem colocado à disposição da sociedade, sendo da mesma maneira inegável o fato de que o uso dessa deve ser fornecido de forma ininterrupta e pelo Estado, assim sendo, a fim de explicitar a lógica pela qual são realizadas as determinações dos gastos com defesa, Almeida recorre aos estudos de Quintana.

Como visto ao discutir-se a singularidade do "produto" disponibilizado, sua natureza é muito mais intangível. Com isso não se pode apreciá-la adequadamente sob o ponto de vista do consumo. Isso faz com que exista uma tendência a alocar cada vez menos recursos à defesa nacional. Não existe uma maneira definitiva de se provar que os recursos da defesa estão dispostos de maneira adequada, exceto, pela indesejável medida da guerra real..." " ... Não somente a lógica econômica age sobre a determinação dos gastos com defesa. Há também a lógica política, mais complexa e de mais difícil determinação. Uma análise simples permitiria dizer que, em relação aos investimentos no setor da defesa nacional, os industriais e demais empresários envolvidos buscam lucros; os militares buscam reconhecimento, maiores soldos e promoção; os políticos (se em uma democracia) buscam votos e o cidadão comum, principal destinatário do produto e, na prática, o único que "paga" por ele, não sabe o que esperar ..." (QUINTANA, 1999, p 161).

Como todo bem público, os gastos, em maior ou menor escala com o bem defesa, são determinados de acordo com a vontade política de um país. Além disso, a utilização de recursos em uma ou outra área é passível de avaliação a partir dos princípios orçamentários gerais. É justamente com o objetivo de relacionar o bem defesa com o processo orçamentário nacional que se segue com a pesquisa.

2.1 O BEM DEFESA E O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO NACIONAL

Uma unidade militar, assim como toda repartição pública, tem por objetivo fornecer à população um bem ou uma prestação de serviço em troca dos recursos a ele destinados. Hartley e Sandler (1995) estabelecem uma divisão das atribuições do bem defesa conforme se explicita a seguir:

Os inputs de defesa são, basicamente, o pessoal envolvido e os custos a ele referentes (soldos, instrução, treinamento), o equipamento militar e sua manutenção e os demais custos para funcionamento da máquina administrativa, além daqueles relacionados com a geração e aquisição de tecnologia. São elementos que podem ser, com relativa

facilidade, identificados e medidos em termos financeiros. Já o output, o resultado da defesa, não acena ao analista com a mesma facilidade de entendimento (HARTLEY; SANDLER, 1995, pág 63).

Almeida (2002) realizou estudo onde relaciona os princípios orçamentários , aplicáveis a todas as áreas públicas, à questão da defesa. Tais princípios, direcionam o grau de utilização dos recursos públicos com defesa além de servir como respaldo para a correta utilização dos referidos recursos.

Princípios básicos como os da unidade; da universalidade; da periodicidade; da discriminação; da exclusividade e do equilíbrio são relacionados com defesa tendo o autor o objetivo de afirmar que o orçamento deve ser uno, não existindo orçamentos paralelos. O orçamento deve conter todas as despesas e receitas, inclusive as receitas próprias. As despesas não devem ser superiores às receitas, do contrário, toda a expectativa de contribuição do setor defesa para o crescimento econômico pode se ver neutralizada. O orçamento deve ser correspondente à um período temporal, geralmente um ano, deve conter apenas matéria orçamentária e deve-se evitar referências genéricas a fim de permitir análise segmentada e eficaz das ações executadas.

Almeida (idem) destaca ainda que outros princípios consagrados na doutrina também devem ser aplicados à questão do orçamento da defesa: clareza, publicidade, exatidão, programação, etc. Destaca ainda a crescente força que ganha o princípio da legitimidade na literatura corrente, princípio este que relaciona o orçamento aprovado com o que é realmente executado, ressaltando que este último deve adequar-se aos interesses nacionais e com a idéia socialmente consagrada do que seja "correto".

O controle social dos resultados obtidos pela ação governamental tem sido repetidamente enfatizado pelas instituições superiores de fiscalização e por estudos acadêmicos como instrumento de consolidação da democracia e da eficiência no uso dos recursos públicos (PETREI, 1997, p.08).

Almeida (idem) afirma que os gastos com a defesa podem gerar efeitos positivos ou negativos sobre o crescimento econômico de um país. O desenvolvimento de uma forte indústria de defesa traz inegáveis benefícios do ponto de vista da geração de empregos, mas os gastos orçamentários em que incorrerão as Forças Armadas do país no esforço de absorção dos novos produtos pode inverter uma relação econômica inicialmente benéfica. É justamente nessa idéia de que o país pode ou não ser "auxiliado" economicamente pelos investimentos em defesa que reside a importância do estudo de tal relação.

Émile Benoit (1975) destacou-se como o autor da tese que evidencia o fato de que o incremento nos gastos com defesa guarda relação direta com o crescimento econômico nacional. Centrando seus estudos no período compreendido entre os anos de 1950 e 1965, Benoit logrou obter uma relação positiva entre gastos com defesa e crescimento econômico em cerca de 40 países.

Hoje em dia, no entanto, prevalece a tese de que o efeito líquido dos gastos militares sobre o crescimento econômico da nação é negativo (Hartley e Sandler). Os autores evidenciam que isto ocorre porque há uma prevalência competitiva, mais do que integrativa, dos gastos militares em relação aos chamados gastos produtivos. Não obstante, existem inegáveis efeitos positivos que devem ser considerados e, muitas vezes, podem gerar benefícios estratégicos, como a aquisição e a geração de tecnologia de ponta, sendo os efeitos relativos à tais fenômenos bem como o caráter de entrelaçamento entre defesa e economia evidenciados nas próximas seções .

3 A RELAÇÃO DEFESA - ECONOMIA

Mesmo antes da formação do atual sistema de produção capitalista, os temas defesa e economia estão extremamente ligados. Desde tempos mais remotos da história da humanidade, por uma necessidade social, a soberania, bem como a

integridade do patrimônio nacional tinham que ser conquistadas e mantidas a qualquer preço, pois eram objetivos preponderantes sobre todos os demais. Paradoxalmente, certas razões de insegurança têm aparecido, historicamente, como desenvolvimento. Costa (2001) evidencia o fato de que tais razões de insegurança caracterizavam, já àquela época, antagonismos e pressões de toda ordem no campo das relações internacionais e, conseqüentemente, a capacidade de poder superar tudo que se antepunha à consecução dos objetivos nacionais permanentes passou a ser preocupação basilar da política externa dos estados.

O autor afirma que as nações dependiam do poder ou se influenciavam umas às outras, seja através da persuasão ou da negociação, seja pela acomodação de seus conflitos, mediante normas observadas no convívio internacional e que deram origem ao direito internacional chegando-se aos meios coercitivos, e, finalmente, seja pelo recurso à guerra, sempre que as soluções pacíficas não fossem eficazes.

Syllus (2003) afirma que a segurança pode ter significados diferentes de acordo com o ponto de vista de uma determinada nação. Para umas significará somente a prevalência do seu direito fundamental, ou seja, o direito de existir. Para outras esta só poderá ser obtida pela expansão territorial, pela conquista de um império ou a submissão de outras nações ou outros povos. O que vai determinar qual comportamento uma determinada nação irá adotar está relacionado com as suas pretensões frente ao cenário internacional.

A história está à disposição como ferramenta subsidiária para comprovar a grande influência que o poder bélico exerce sobre a economia e a construção de impérios. Os impérios Turco-Otomano e Romano; a França napoleônica; as grandes nações mercantis européias; a Inglaterra; Rússia e, atualmente, Estados Unidos permeiam a humanidade de exemplos de desenvolvimentos nacionais fundamentados no poder bélico. Tais impérios impunham seus interesses nacionais sobre os demais evidenciando seu “poder de fogo” e restringindo aos demais o papel de coadjuvante no cenário internacional. Vale salientar ainda que, no que tange aos Estados Unidos, paralelo ao

desenvolvimento bélico, havia um grande incremento na produtividade, formando assim uma base sólida para o seu desenvolvimento.

A análise de Pazzinato (1997) e outros livros de história moderna e contemporânea mostra que as grandes guerras internacionais, apesar de apresentarem um ideal político-ideológico como meio estimulante de mobilização nacional, fundamentavam-se, essencialmente, em valores econômicos tais como a cobiça e a ambição do homem hedônico racional neoclássico, assim foi na formação dos estados nacionais, no império napoleônico, na guerra de secessão, na primeira Guerra Mundial, na revolução russa, na segunda Guerra Mundial, na Guerra do Golfo e em todos os conflitos que a humanidade já presenciou.

Atualmente, com o fim da divisão mundial em dois grandes blocos, o mundo assiste à hegemonia econômica e bélica norte americana, a qual, sobre a “nobre causa” de livrar o mundo do terrorismo e de acabar com armas químicas, biológicas e nucleares de destruição em massa, expõe a vida de milhares de cidadãos, tanto seus quanto de seus “inimigos” com o objetivo de atacar um longínquo país grande produtor de petróleo, não havendo tal fato nenhuma relação com o de que seu vice presidente representa os interesses da indústria petrolífera e que o atual presidente é filho de um outro que, há algumas décadas atrás, perdeu uma guerra para o cruel ditador que governa tal nação.

Nesse contexto, Figueiredo (2001) chama a atenção para a crescente necessidade, principalmente em países menos desenvolvidos onde o conceito de segurança está associado principalmente ao “direito de existir”, de uma preocupação político-estratégica com temas até então pouco explorados e desconhecidos de grande parte da população brasileira tais como segurança nacional e poder nacional.

Com o objetivo de explanar sobre conceitos, evidenciar a importância dos gastos militares para o desenvolvimento científico tecnológico mundial/nacional além de demonstrar as principais contribuições do poder militar na formação da economia

brasileira e a atual situação dos gastos nacionais com as Forças Armadas, segue-se com o desenrolar das próximas seções deste capítulo.

3.1 SEGURANÇA NACIONAL E PODER NACIONAL

Pretende-se, nesta seção, analisar, de forma sucinta, como o poder econômico, sendo uma componente essencial do poder nacional, contribui decisivamente para a segurança nacional. O que se objetiva, portanto, é estabelecer uma nítida correlação entre economia, poder nacional e segurança nacional.

É bastante evidente que a segurança nacional depende diretamente do poder de que uma nação dispõe. E esse poder, por sua vez, resulta fundamentalmente não só da capacidade militar da nação, mas também de sua riqueza, ou seja, da sua base produtiva e tecnológica. Visando facilitar a compreensão do leitor serão feitas algumas considerações conceituais sobre segurança nacional, poder nacional e desenvolvimento econômico tecnológico, no contexto desta comunicação.

3.1.1 Segurança Nacional

Syllus (2003) explicita que o conceito de segurança nacional tem sido muito deturpado em nosso País. O autor atribui isso ao fato de a segurança nacional ter sido objeto de preocupação principalmente dos militares, desta forma, tem-se atribuído à mesma uma conotação de autoritarismo e de cerceamento das liberdades individuais.

Entretanto, Syllus (idem) afirma que justamente no entendimento contrário é que se constitui a correta interpretação deste conceito. A segurança nacional representa, entre outros aspectos, a garantia de que os direitos individuais estarão assegurados. Está se referindo aos direitos do cidadão contemplados na Constituição, o que inclui, mas não se esgota no direito à liberdade de opinião e expressão, de propriedade, de locomoção, de proteção física, bem como à solução dos problemas básicos de subsistência, moradia, saúde, educação e justiça social. Como extensão da segurança individual Ter-se-á a segurança da comunidade, da sociedade e da nação como um todo.

A segurança nacional, portanto, é muito mais do que a segurança física ou da propriedade contra ameaças internas ou externas. Não é uma atribuição exclusiva das Forças Armadas, mas uma responsabilidade do Estado, da sociedade e, portanto, de todos os cidadãos.

A Defesa Nacional é um instrumento da segurança nacional, estando portanto integrada à mesma. Em sentido restrito, representa as medidas, as ações visando a superar ameaças internas ou externas aos interesses do País. Segundo uma interpretação ampla e dinâmica, se confunde com a segurança nacional.

Este conceito amplo de segurança nacional, aliado às transformações por que passa o mundo atual, transformações essas caracterizadas pela globalização do capital, da informação e da tecnologia em decorrência principalmente dos avanços da ciência e da tecnologia, justifica plenamente uma interpretação global da segurança nacional.

Friedman (1998) explicita que hoje, mais do que nunca, as fronteiras tradicionais entre política, cultura, tecnologia, economia, energia e segurança nacional estão

desaparecendo, assim sendo, é impossível explicar cada um desses fatores isoladamente devido ao grau de entrelaçamento existente. Da mesma maneira, não se pode explicar o todo sem referir-se a cada um deles.

Esta conceituação ampla de segurança nacional, que se encontra em conformidade com a realidade e as transformações que hoje ocorrem no mundo, evidencia que não se pode tratar de segurança nacional sem considerar o significado do desenvolvimento produtivo e tecnológico do país, a fim de que se possa associar, em um sistema internacional no qual os estados se relacionam entre si com uma intensidade jamais vista anteriormente; a independência política com a interdependência econômica. Daí os instrumentos de ação econômica surgem como um dos fatores fundamentais para o condicionamento de segurança nacional.

3.1.2 Poder Nacional

Comentou-se que a segurança nacional é responsabilidade sobretudo do Estado. Para desincumbir-se dessa responsabilidade, o Estado deve contar com o seu poder nacional, entendido este como a capacidade da Nação de atingir seus objetivos através da influência, da ação condicionante, da compensação ou mesmo da coerção. O Poder Nacional, portanto, a partir da vontade política, se expressa não só através da sua capacidade de promover a guerra (Poder Militar) mas também através de sua capacidade produtiva e tecnológica (Poder Econômico, Poder Científico-Tecnológico), ou seja, de sua riqueza.

Compreende-se, portanto, o significado da tecnologia e da formação de bases competitivas para o Poder Nacional que é, como já se disse, a capacidade de uma nação de atingir seus objetivos, especialmente o da segurança nacional, objeto desta seção, nesse contexto, torna-se extremamente oportuna a

associação entre poder militar, poder econômico e desenvolvimento tecnológico como será descrito na próxima seção.

3.2 TECNOLOGIA E SEGURANÇA NACIONAL

O propósito desta seção é, como já foi dito, o de demonstrar a inter-relação entre poder econômico, tecnologia e a segurança nacional. É oportuno, portanto, ressaltar algumas características da tecnologia e da inovação tecnológica, que influenciarão aqueles conceitos.

A tecnologia compreende, como explicita Longo (1998), os conhecimentos necessários para produzir bens, serviços e processos. Fundamentalmente, cabe às empresas produzirem tecnologia na medida de suas necessidades e seus interesses. As empresas desenvolvem novas tecnologias com o objetivo de obter maior qualidade dos produtos, maior produtividade e menor preço, tudo visando à competitividade individual e acarretando, por consequência, na formação da base competitiva nacional. Não havendo competição, o interesse por desenvolver tecnologia diminui significativamente, decorrendo disto baixa qualidade, pouca produtividade e preços altos. Eis porque, a reserva de mercado¹, como estratégia de desenvolvimento tecnológico, embora tenha o seu momento, não pode permanecer por muito tempo, pois reduz a competitividade com efeitos perversos, isto é, tecnologia obsoleta, baixa qualidade e altos custos.

Longo (1998) evidencia que, muitas vezes, entretanto, se faz necessário em face dos interesses políticos ou estratégicos do país, desenvolver tecnologias que não

¹ Artificio de políticas públicas com o qual autoridades econômicas limitam a possibilidade de instalação das empresas. Em geral utiliza-se essa prática em setores importantes para a construção da economia nacional, com forte absorção de tecnologia e desenvolvimento de um alto potencial produtivo (por exemplo, comunicações, informática, indústria bélica, etc.) Pode-se limitar o número de empresas que atuam num desses setores (evitando assim uma concorrência em que todas teriam prejuízo) ou impedir que empresas de

contem com o interesse espontâneo das empresas. Nessas circunstâncias, a maneira de levar as empresas sem motivação própria a desenvolverem as tecnologias necessárias ao país, é despertar o interesse dessas por meio de incentivos, renúncia fiscal, encomendas ou projetos conjuntos com o governo.

Syllus (2002) afirma que é nesse contexto que se inserem as tecnologias caracteristicamente militares. As quais são imprescindíveis ao Poder Militar visando à segurança nacional e que não são passíveis de transferência ou não estão disponíveis no mercado.

Longo (1998) diz que a influência tecnológica sobre o poder militar e a influência do poder militar no desenvolvimento tecnológico em hipótese alguma pode ser considerada como um fenômeno recente. Desde tempos imemoriais, as tecnologias disponíveis e utilizadas têm sido um dos fatores de grande peso na decisão dos conflitos envolvendo as nações, por afetarem profundamente a maneira de os Exércitos lutarem. A estratégia, a tática e a logística sempre foram, e continuam sendo, fundamentalmente dependentes das tecnologias disponíveis e transformadas em instrumentos de utilidade para os Exércitos.

Nos primórdios da humanidade, os ancestrais humanos lutavam desarmados, utilizando apenas os recursos do seu corpo, havendo, necessariamente, um contato físico entre os contendores. Bandos desarmados lutavam em exíguo espaço de terreno. Isso prosseguiu até que o homem aprendesse a utilizar o porrete e arremessar pedras com as mãos. Como resultado disso, os inimigos não mais tiveram que se “engalfinhar” em luta corporal, pelejando afastados alguns metros uns dos outros. O advento da espada não viria alterar substancialmente esta distância. O aparecimento da lança afastou os inimigos em luta uma dezena de metros. Em seguida, surgiram as armas de arremesso, tal como o arco e a flecha. Nessa ordem, viriam em seguida, as armas de fogo, os aviões de combate, os mísseis e, mais recentemente as armas nucleares e biológicas.

capital estrangeiro atuem no país. Essas medidas podem ser reforçadas pela criação de taxas e impostos de importação.

A criação de armas de fogo foi um dos primeiros avanços tecnológicos eminentemente bélicos de difícil absorção e que, em consequência, propiciou, durante muito tempo, um grande desequilíbrio de forças entre os Exércitos. Os conhecimentos de balística, de química, de metalurgia e de mecânica envolvidos e que precisaram ser dominados, tornaram difícil uma simples cópia. A tecnologia central e as paralelas, isto é as tecnologias correlatas, não estavam ao alcance de todos. A partir da segunda revolução industrial, acentuou-se a influência do fator tecnológico sobre o poder militar das nações. Os equipamentos bélicos passaram a evoluir com rapidez crescente, beneficiando-se das novas tecnologias produzidas graças às novas descobertas da ciência.

À medida que as nações passaram a se dividir claramente em detentoras e não detentoras de tecnologia, da mesma maneira os seus Exércitos passaram a se distinguir por possuírem equipamentos bélicos próprios e/ou por estarem ou não obsoletos. A partir da Segunda Guerra Mundial, os artefatos bélicos tornaram-se cada vez mais sofisticados, eficientes e caros, exigindo para sua produção e evolução um respeitável parque industrial e exarcebados investimentos em pesquisa e desenvolvimento. O fator tecnológico tornou-se tão importante para o poder militar das nações que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia passou a ser, em grande parte, impulsionado e orientado pelas necessidades bélicas. Inúmeras tecnologias de emprego civil, surgidas durante e após o conflito, foram desenvolvidas como subproduto das pesquisas voltadas para a indústria militar. O avanço tecnológico ocorrido durante a guerra fez ainda crescer o número dos Exércitos sem condições de se equiparem totalmente dentro de suas fronteiras.

Pazzinato (1997) expõe que, ao final da Segunda Guerra Mundial, o mundo assistiu à ascensão e cristalização de duas superpotências militares, liderando dois blocos de países com ideologias e interesses antagônicos – Rússia e Estados Unidos – que são contestados, em determinados aspectos, por certos países que não possuíam condições de se contraporem aos mesmos. A ocorrência de um conflito generalizado entre os dois blocos foi sendo evitada por

uma estratégia de dissuasão mútua, conseguida através do “equilíbrio” de poder de destruição de seus estoques bélicos, principalmente aqueles de natureza nuclear. Assim assistiu-se à chamada Guerra Fria, onde a luta surda entre os Exércitos passou a ser travada nos laboratórios científicos e nas “fábricas de tecnologia”². As superpotências e seus aliados empreendem uma corrida sem precedentes no campo dos equipamentos bélicos, procurando, através do avanço científico e tecnológico contínuo, evitar uma surpresa ante novos artefatos do adversário que pudessem provocar um rompimento do equilíbrio. Mísseis balísticos, ogivas nucleares, submarinos atômicos, aviões supersônicos, blindados, satélites espiões, porta-aviões atômicos e tantas outras “obras-primas” da indústria bélica, eram constantemente avaliados, de parte a parte, no que diz respeito às possibilidades de mútua destruição. Tal fenômeno pode ser claramente evidenciado nas palavras de Syllus (2002), como se descreve à seguir:

Historicamente, o domínio bélico das Forças Armadas e a conduta da guerra, em uma determinada conjuntura, estão ligados a uma ou mais inovações tecnológicas. Se é verdade que cada parte da guerra é influenciada pela tecnologia, não é menos verdade que cada parte da tecnologia afeta a guerra. Neste contexto, foi a descoberta do estribo que deu força à cavalaria dos povos bárbaros do Oriente. A pólvora, ou o fogo chinês, conferiu poder aos bizantinos. O arco longo propiciou a Carlos V a possibilidade de derrotar os franceses. Na Idade Média, as armas de fogo e o surgimento do canhão alteraram a estratégia de guerra. Na Primeira Guerra Mundial, o surgimento da metralhadora, do tanque e do avião e dos gases letais tiveram especial relevância no desenvolvimento do conflito. Na Segunda Guerra, os foguetes, o radar, os aviões supersônicos, os submarinos e a bomba nuclear orientaram o curso da guerra. (SYLLUS, 2002, pg16).

Syllus ressalta ainda a forte contribuição do poder militar, com o objetivo de garantir a segurança nacional, para o desenvolvimento tecnológico exemplificando que, nos EUA, 40% do investimento em ciência e tecnologia provêm do setor militar, especialmente do Pentágono e da NASA.

Presentemente, com o fim da Guerra Fria, os gastos militares com ciência e tecnologia nos países centrais caíram significativamente. Como conseqüência, os

² Nesse texto, o conceito de “fábricas de tecnologia” é utilizado como um conjunto de formação estrutural

países têm de se socorrer mais fortemente das empresas que desenvolvem, diga-se assim, tecnologia convencional³. Essa condição é bem conhecida dos países em desenvolvimento, nos quais as Forças Armadas pouco aplicam em ciência e tecnologia. A situação, nesses países é ainda mais problemática, pois os mesmos têm de recorrer muitas vezes à importação de seu armamento e sua munição.

Quando se considera a tecnologia para fins militares, é importante observar uma série de condicionantes, dentre os quais se destacam: a curta duração dos conflitos atuais, o tempo necessário para implementação de uma inovação tecnológica, a obsolescência das tecnologias e as características peculiares da indústria bélica como será descrito na seção seguinte.

3.3 A INDÚSTRIA BÉLICA

Em virtude da abrangência dos campos do conhecimento humano envolvido na concepção, fabricação e emprego de equipamentos bélicos, é conveniente salientar que, a rigor, poucos são os conhecimentos científicos e tecnológicos que não apresentam interesse para o desenvolvimento do poder militar de uma nação. Ao se realizar o estudo para a fabricação de um novo armamento, é preciso analisar que tal armamento despenderá conhecimentos variados totalmente diferentes da formação militar tradicional como fica evidenciado nas palavras de Longo.

Ao se examinar um determinado item do arsenal militar, é preciso levar-se em conta a tecnologia central e as paralelas envolvidas, ou seja, as tecnologias correlatas. Assim, por exemplo, a produção de um novo fuzil depende, não somente do desenvolvimento de uma nova concepção mecânica e de técnicas de produção, como também do desenvolvimento de aços mais resistentes ao desgaste, ao choque e a temperaturas elevadas. O novo fuzil dependerá, também, da munição disponível, que por sua vez será função de uma concepção mecânica, do correspondente processo de produção, dos metais empregados e da pólvora. A verificação do desempenho do fuzil em si, dos metais que o compõem e da munição exigirá uma extensa gama de ensaios, tais como cineradiografia, metalografia, medidas de balística interna e

produtiva destinada à geração tecnológica.

³ Nesse contexto o termo “tecnologia convencional” é utilizado com o intuito de explicitar uma possível diferenciação entre a tecnologia voltada para fins militares e a voltada para a busca de competitividade entre as empresas.

externa, ensaios mecânicos, dentre outros que envolverão outros ramos do saber humano, com suas técnicas e instrumentos mais complexos que o próprio armamento. (LONGO, 1998, pg33)

A indústria bélica, além do caráter de inter-relacionamento com outras áreas das ciências humanas, possui como característica marcante o fato de que devido à natureza de seus produtos e ao alto grau de proteção que é conferido aos seus artigos apresenta como grande comprador, e às vezes único, o governo nacional, através de suas Forças Armadas. A demanda por artigos militares, por sua vez é imprevisível, dependendo a decisão de compra ou redução da produção de fatores de previsibilidade extremamente difícil. Em consequência, tal indústria torna-se pouco atraente para o investimento privado, dependendo seu aumento de forte incentivo governamental sob pena de tender a estagnar ou até mesmo regredir.

Teóricos como Bernoit (1975), Figueiredo (2000), Almeida (2002) e Syllus (2003), consideram como as mais importantes das contribuições militares da indústria bélica, o caráter de possibilidade de externalidade tecnológica e o desenvolvimento em setores estratégicos de uma nação. Inúmeros são os conhecimentos de atual uso coletivo que se originam da busca pelo desenvolvimento bélico. Somente a título de exemplo, vários instrumentos utilizados no diagnóstico de doenças como o câncer, originam-se da corrida espacial russa e norte americana. Os sistema de localização via satélite, os quais possuem atualmente grande valia para a comunicação global, originam-se dos laboratórios militares. A internet, tão essencial e divulgada nos tempos atuais, também possui origem militar. O desenvolvimento industrial de setores considerados estratégicos tais como ferroviário, marítimo, aeroespacial, comunicações e elétrico, tiveram grande parte do seu crescimento devido à indústria bélica. Até mesmo ações consideradas atualmente de uso cotidiano, tais como a embalagem dos produtos a vácuo para manter a conservação dos alimentos por mais tempo, dentre outros, possuem origem nas pesquisas e desenvolvimento militares.

No Brasil, os gastos militares também exerceram forte influência sobre o desenvolvimento tecnológico e a formação da base produtiva industrial. Porém, não se pode resumir ao fator tecnológico a importância dos gastos militares na formação da economia brasileira. Na próxima seção, será apresentado, de maneira sucinta, um breve histórico dos gastos militares no Brasil, sua influência e a situação atual em que estes se encontram.

4 OS GASTOS MILITARES NO BRASIL

No Brasil, país que viveu duas décadas sob um regime militar, os gastos militares exerceram grande influência sobre a formação da base produtiva e o desenvolvimento tecnológico nacional.

Levando-se em consideração a análise dos aspectos econômicos conjunturais da época, o Brasil assistiu, conforme explicita Furtado (1977) e Singer (1989), entre os anos de 1964 e 1984 a um crescimento jamais visto no seu parque industrial de base e na sua capacidade produtiva. Baseado em uma política desenvolvimentista fundamentada na substituição de importações e no forte apoio estatal, que teve seu auge com o chamado “milagre econômico”, a economia como um todo e principalmente o setor industrial, apesar de pagar o preço caro do alto endividamento externo, cresceu a taxas vertiginosas chegando o País a ser classificado como a nona economia mundial.

Tal fenômeno, claramente evidenciado por autores como Gremaud (1997), Abreu (1995) e Furtado (1977) caracterizou-se por crescimento industrial da ordem de 7,6% a.a em média e do produto da ordem de 7,2% a.a, o setor de serviços entre 1968/1984 cresceu a taxa de 11,7% a.a, a atividade agrícola, devido ao maior dinamismo da indústria, diminuiu sua participação proporcional no PIB, chegando a atingir, apenas 7,73% no ano de 1992. As tabelas 4.1 e 4.2 apresentam a taxa de crescimento dos setores e a participação desses no PIB durante os governos militares, respectivamente.

TABELA 4.1 – Brasil: crescimento Da produção, inflação e investimentos, 68-84

ANO	PIB	IND	AGRIC	SERV	INFL	INVES
	(1)	(1)	(1)	(1)	(2)	(3)
1968	9,8	13,3	4,5	8,9	24,8	18,7
1969	9,5	12,1	3,8	11,6	18,7	19,1
1970	10,4	11,9	5,6	10,5	18,5	18,8
1971	11,3	11,8	10,2	11,2	21,4	19,6
1972	11,9	14,2	4,0	12,4	15,9	20,2
1973	14,0	17,0	0,1	15,6	15,5	21,4
1974	8,2	8,5	1,3	10,6	34,5	22,8
1975	5,2	6,2	3,4	11,8	29,4	24,4
1976	10,3	10,7	4,2	7,5	46,3	22,5
1977	4,9	3,9	9,6	4,1	38,6	21,4
1978	5,0	6,4	-2,7	6,2	40,5	22,2
1979	6,8	6,8	4,7	7,8	77,2	23,0
1980	4,9	9,2	9,5	9,0	110,2	23,6
1981	-4,3	-8,8	8,0	-2,5	95,2	21,6
1982	0,8	0,1	-0,2	2,1	99,7	20,0
1983	-2,9	-5,9	-0,4	-0,5	211,0	17,2
1984	5,4	6,4	2,6	5,4	223,8	16,3

Notas: (1) Taxa de variação
(2) em porcentagem
(3) Em Porcentagem do PIB

Fonte: IBGE, Conjuntura Econômica, Gremaud

O crescimento da economia apresentou como características marcantes, além das explicitadas anteriormente, a propensão à elevação no nível de inflação, chegando a atingir um índice superior a 200% nos anos de 83 e 84. Além disso, é consenso entre os autores que o crescimento no ramo dos investimentos deveu-se principalmente ao incentivo estatal e o modo centralizado de planejamento econômico. Gremaud (1997) ressalta que o crescimento industrial, inicialmente, ocorreu devido à capacidade ociosa existente no setor, porém, posteriormente, entre 1972-73, tal utilização já havia atingido os 100%, sendo necessários grandes investimentos principalmente do setor público, mas também do setor

privado. O modelo de desenvolvimento por substituição de importações seguindo a ideologia “cepalina”⁴, conforme evidencia Furtado (1977) propiciou um aquecimento das transações internacionais e da produção industrial principalmente nos setores energético, petrolífero e petroquímico, ferroviário, rodoviário, telecomunicações, siderúrgico e mineração.

Tabela 4.2 Brasil, Participação dos setores no PIB, 64-84

ANO	INDUSTRIA	AGROPEC.	SERVIÇOS	INST. FIN. (1)
1964	35,52	16,28	51,21	2,98
1965	31,96	15,86	52,18	3,43
1966	32,76	14,15	53,09	3,73
1967	32,03	13,71	54,25	3,84
1968	34,77	11,79	53,45	4,08
1969	35,24	11,39	53,36	4,42
1970	35,84	11,55	52,61	6,02
1971	36,22	12,17	51,61	6,08
1972	36,99	12,25	50,75	5,95
1973	39,59	11,92	48,49	5,41
1974	40,49	11,44	48,07	5,80
1975	40,37	10,75	48,88	6,55
1976	39,91	10,86	49,24	7,31
1977	38,64	12,61	48,75	7,51
1978	39,49	10,26	50,25	8,58
1979	40,05	9,91	50,04	8,40
1980	40,58	10,20	49,22	7,91
1981	39,09	9,47	51,44	10,02
1982	40,33	7,73	51,94	9,80
1983	37,82	9,02	53,16	11,35
1984	39,44	9,29	51,27	10,48

Nota: (1) As instituições financeiras fazem parte do setor serviços

Fonte: IBGE, Gremaud - 1997

A redução da participação do setor agropecuário no PIB e o crescimento da participação das instituições financeiras reforçam a importância do crescimento do setor industrial do período. Somente a título de comparação, entre os anos de 1950 e 1963, o produto industrial não representava 10% do PIB (produto Interno Bruto), tendo seu auge no ano de 1956 com 16.2%, ou seja, nem a metade do percentual alcançado no período do governo militar. Em 1984, devido às fortes

4 CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina – Criada em 1948 com o objetivo de elaborar

pressões internas e externa, rompeu-se um ciclo de crescimento industrial brasileiro e, posteriormente, findou-se o governo militar, porém, não há como negar-se a influência militar nas bases produtivas da formação econômica brasileira.

No decorrer desta pesquisa, ao tratar da influência militar na formação econômica mundial/nacional, toda a ênfase foi dada aos aspectos de segurança, formação industrial e desenvolvimento tecnológico, porém seria um grande erro de reducionismo, mesmo considerando a extrema importância desses fatores, relacionar toda influência militar somente a esses, principalmente quando toma-se em foco o âmbito nacional, se configuraria como um grande erro de avaliação. Em busca de evidenciar alguns aspectos importantes para se investir nas Forças Armadas, outras contribuições que essas propiciam à nação brasileira e a situação atual dos gastos com defesa no País, segue-se com o desenrolar da pesquisa.

4.1 OUTRAS INFLUÊNCIAS MILITARES NA ECONOMIA NACIONAL

Atualmente, quando a sociedade brasileira começa a questionar o papel das Forças Armadas nacionais, constantemente os defensores do aumento dos investimentos bélicos associam defesa nacional com a casa qualquer de um cidadão comum. Se, dentro do contexto atual, um indivíduo deixar sua casa sem grades, aberta e sair para viajar com a família, ao seu retorno, com grande probabilidade, não encontrará nenhum dos seus bens no local, além disso pode achar até mesmo outras pessoas morando em sua propriedade. Nesse contexto, a segurança torna-se importante para a garantia da soberania nacional, principalmente a segurança externa. Porém, ao se reduzir apenas à questão de

segurança a função das Forças Armadas brasileiras, pode-se estar cometendo um grande erro de avaliação e de desinformação⁵.

A análise dos fundamentos doutrinários da Escola Superior de Guerra e a história militar nacional propagada nos centros de formação militar leva-nos à crer que, durante muito tempo os militares acreditavam fazer parte de um grupo “auto-suficiente” e assim acabaram afastando-se da sociedade civil. Em consequência, os formadores nacionais de opinião não tiveram acesso às atividades militares desempenhadas nacionalmente, provocando grandes deturpações sobre a função das Forças Armadas. Basta sair às ruas e perguntar a um cidadão comum o que é feito pelas Forças Armadas brasileiras que o tipo de resposta mais encontrada é: “ .. não sei!”; “... nada!”; ou “somente correm e gritam!”, porém, as Forças Armadas oferecem uma contribuição muito grande à sociedade não somente em assuntos tangíveis, como os explicitados nos itens anteriores dessa pesquisa, mas também em assuntos pouco perceptíveis para um observador que não possui um grau de entrelaçamento elevado com a atividade militar.

Uma questão importante, porém de pouca repercussão no cenário nacional é a defesa da região amazônica relacionada com a sua exploração econômica. O Brasil possui um imenso tesouro natural inexplorado que é a floresta amazônica. Em um mundo em que a escassez de recursos hídricos torna-se uma crescente, a cobiça internacional por tal área é cada vez maior. Um grande nicho de competitividade internacional encontra-se focado na biotecnologia e na biomedicina, sendo a floresta amazônica um grande reduto biológico de propriedade nacional, o investimento eficaz em pesquisa e desenvolvimento tecnológico nessa área pode gerar uma série de benefícios econômicos para o Brasil. Cientes da “mina de ouro” ainda não explorada existente naquela região, países desenvolvidos já começam a influenciar a formação da opinião pública no sentido de afirmar que a Amazônia é uma área mundial, que o Brasil não é proprietário de nada. Os centros de informação militares, constantemente são

embebidos de informações de tal influência a qual é manifestada através de “singelos” desenhos animados ou embalagens de lojas de conveniência com slogans tipo “... Salve uma floresta, queime um brasileiro ...” ou “(2030) ... estou voltando da Amazônia, estive na guerra pela água (filme Robocop) ...” . Nesse contexto, basta que seja uma questão de interesse desses países para que “encontrem armas de destruição em massa no território brasileiro e decidam invadi-lo para matar os predadores da natureza e do bem estar mundial”. Precavendo-se quanto à possível ocorrência de tal fato, o Exército Brasileiro realiza uma função extremamente importante na medida em que preza pelo direito de propriedade nacional por tal área além de realizar treinamentos voltados para uma ocasional invasão naquela região. Aliado a isso, encontra-se a característica peculiar da profissão militar que é a constante mobilidade nacional dos militares⁶ o que faz com que tais treinamentos e preocupações possam se disseminar em todo o âmbito nacional.

Outra questão econômica importante relacionada com a atividade militar brasileira é a exploração e a realização de atividades econômicas em áreas de difícil acesso, uma das características dos governos militares foi a expansão para a consolidação do território “integrar para não entregar”, em consequência surgiram muitas cidades brasileiras. Cidades como Tabatinga-AM, Tefé-AM, São Gabriel da Cachoeira-AM, Itaituba-PA, Cárceres-MT e Guajará-Mirim-RO, entre outras, surgiram em função da presença de atividades militares, ou seja, a necessidade de ocupação territorial fez com que houvesse a construção de quartéis. Tais construções demandaram a criação de comércio, escolas e hospitais para atender aos integrantes da unidade militar, o fornecimento dos serviços demandavam a presença de especialistas, esses últimos necessitavam de lugar para morar, a construção das casas necessitava de mão de obra, enfim, iniciou-se um ciclo produtivo de formação urbana e, posteriormente, algumas

5 Nesse parágrafo, a relação entre grades e soberania nacional é utilizada de maneira metafórica visando explicitar que ambas representam uma separação física entre o exterior e o interior, sendo esse último fruto da cobiça de elementos mal intencionados necessitando assim de proteção.

6 O termo “mobilidade nacional” refere-se à crescente necessidade de transferências ex-ofício às quais os militares são submetidos visando com que esses tenham conhecimento de toda a extensão do território nacional.

cidades conseguiram desvincular-se da atividade militar e outras ainda permanecem bastante presas ao seu cordão umbilical.

A constatação de tal fato pode ser feita ao realizar-se conversas com militares que vivenciaram parte da construção da cidade, além disso, basta que se entre no histórico dessas cidades para que o leitor possa averiguar a fundo o que aqui se está afirmando. Soriano Neto (2002) reforça tal idéia apresentando em um mapa, conforme constata-se na figura 4.1.1 a presença de unidades do Exército em áreas longínquas da região de fronteira amazônica.

PRESENÇA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA FRONTEIRA AMAZÔNICA

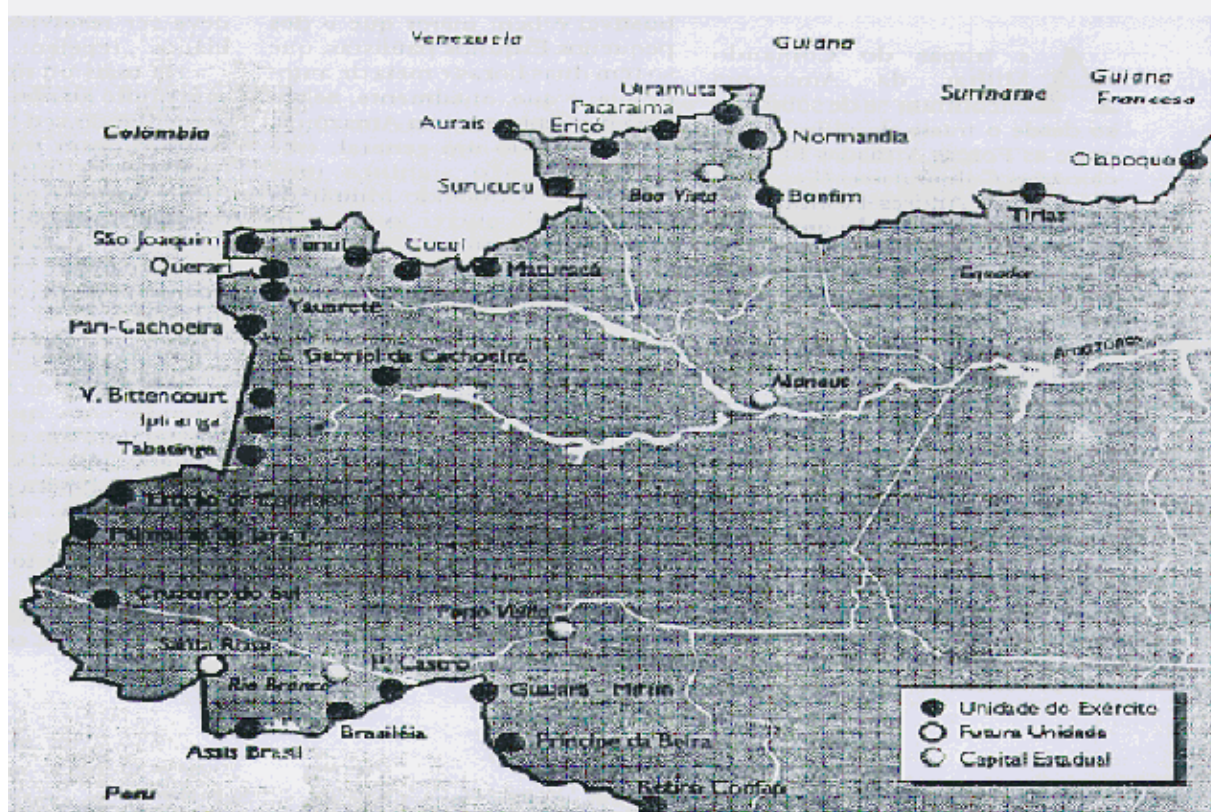


Figura 4.1.1 Presença do Exército Brasileiro na fronteira amazônica

Fonte: SORIANO NETO

Além disso, Soriano Neto (ídem) explicita, na figura 4.1.2 a colonização da área amazônica baseada na ocupação militar, evidenciando que tal ocupação serviu de “mola propulsora” para o desenvolvimento das cidades.



Figura 4.1.2: Fortes e colônias militares na região amazônica

Fonte: SORIANO NETO- 2002, p 08

Vale salientar que as Forças Armadas brasileiras se mostraram de grande valia no que tange à construção de estradas visando facilitar o povoamento das áreas afastadas da região amazônica. A análise dos dados do 2º Grupamento de Engenharia de Construção, conforme figura 4.1.3, demonstra um grande esforço no intuito de realizar a integração amazônica. Tal integração intensificou-se nas

décadas de 60 e 70, do século passado, com a construção de estradas entrecortando hidrovias, também objeto de exploração econômica. Assim ocorreu com a Belém-Brasília (BR 153), a Cuiabá-Porto Velho - Rio Branco-Cruzeiro do Sul (BR 364), a Porto Velho-Manaus (BR 319), a Cuiabá-Santarém (BR 163) e a Transamazônica (BR 230), quase todas interceptando importantes cursos d'água.



Figura 4.1.3: Construção terrestre da região amazônica
 Fonte: 2º Grupamento de Engenharia de Construção

Uma outra questão extremamente importante relacionada à atividade militar no País (talvez a mais importante de todas) foi deixada, propositalmente, para o final dessa seção, com o objetivo de fixar para alertar o leitor em função de algo que

se encontra desde 1908⁷ diante dos olhos da sociedade e que, constantemente, tem recebido pouco ou nenhum destaque.

Anualmente, o Exército Brasileiro recebe cerca de 50 mil jovens com pouca ou nenhuma experiência profissional. A análise do perfil de tais jovens revela que, em sua maioria, estes são oriundos de famílias carentes, são originários do setor público de ensino, possuem um grau de escolaridade baixo⁸ e tiveram pouquíssima orientação quanto sua formação moral e cívica. Esses jovens são integrados à força onde lhes são dados a possibilidade de adquirir conhecimentos voltados para a formação militar a fim de se tornarem uma reserva mobilizável em caso de guerra, mas principalmente estes jovens têm a possibilidade de frequentar a maior escola de cidadania e civismo do país.

No período do serviço militar há a complementação do processo de socialização do jovem na medida em que esses iniciam sua preparação para a vida em sociedade, uma vez que têm a possibilidade de ter no serviço militar algo como se fôra seu primeiro emprego, no qual passam a conhecer toda a sistemática de funcionamento de uma organização.

Durante esse período, o jovem também é estimulado ao respeito às leis e instituições nacionais. No Brasil, criou-se o paradigma de que os bens públicos, em vez de ser de todos, são de ninguém. Dentro das Forças Armadas os jovens são estimulados à reverterem tal paradigma na medida em aprendem a

⁷Ano em que o Serviço Militar Obrigatório no Brasil, em caráter universal, foi regulamentado em 1908 pelo Marechal Hermes da Fonseca, então Ministro da Guerra. É criada, então, a Liga de Defesa Nacional, composta por vários notáveis da política e literatura brasileira (Olavo Bilac, atual patrono do Serviço Militar, Rui Barbosa, Coelho Netto, Conde de Affonso Celso). A Liga de Defesa Nacional divulga o Serviço Militar Obrigatório e o civismo através de palestras, cartilhas para o ensino primário, e o livro “Porque me ufano do meu país”. Buscava-se unir Exército e Sociedade, plasmar a nação em torno de um objetivo comum, a Grande Guerra, e educar a juventude no civismo, eliminando contestações anarquistas. O Serviço Militar Obrigatório sempre foi considerado como fundamental para fornecer uma “idéia de Pátria” à juventude. Com este esforço, o Serviço Militar Obrigatório começa a vigorar em 1916.

importância do amor à sua pátria e do culto aos seus símbolos tais como o hino e a bandeira nacional, ou seja. No serviço militar os jovens adquirem a percepção de uma nova maneira de pensar a qual baseia-se no amor pelo seu país e na busca pela sua preservação, como evidenciam as palavras de Ruy Barbosa.

Na paz, o Exército é uma escola de ordem, legalidade, fortaleza e obediência. São as virtudes sobre cujo fundo se estabelece a liberdade e se desenvolve o progresso. (Rui Barbosa)

Dentro do serviço militar os jovens principalmente são estimulados à internalização dos valores morais. Grande parte das atividades realizadas visa ao desenvolvimento do espírito de coletividade, estimulando o jovem a não pensar somente como um indivíduo e sim como uma parte integrante de uma coletividade na qual todos são responsáveis. Tais atividades são fundamentadas nos princípios da hierarquia e da disciplina mostrando a esses jovens, além da importância da atividade física, que eles podem fazer muito mais do que pensam, desde que tenham força de vontade para tal.

Além dos princípios citados, é ensinado aos jovens a importância de se falar a verdade (independentemente das consequências que dela possam advir), do cumprimento de horários e prazos e de que tudo que deve ser feito, deve ser bem feito. Esses jovens são ainda envoltos em um universo em que é ensinado que, apesar das adversidades, não existem barreiras intransponíveis, desde que se tenha perseverança e vontade de aprender.

Portanto, a presença dos jovens no serviço militar inicial transcende a questão do emprego/desemprego nacional, tal fenômeno atinge uma dimensão psicossocial e econômica. Após o período inicial de um ano, esses jovens retornam ao mercado de trabalho civil com uma quantidade de conhecimentos e uma possibilidade de aproveitamento muito maior do que outrora. O processo de

⁸ Vale salientar que tal perfil apresenta significativa mudança nos últimos dez anos, principalmente no que tange ao grau de escolaridade. Para se ter uma idéia o índice de recrutas que possuem o ensino médio completo cresceu cerca de 60 % nos últimos anos.

formação do caráter humano, os princípios de disciplina, hierarquia e espírito de fazer as atividades com qualidade, são características que, quando transpostas para o âmbito da organização das empresas, indústrias e nações, acredita-se que tornam-se um grande diferencial de competitividade. A capacidade de coordenação, o desenvolvimento estratégico, o espírito de abnegação pessoal e o senso de cooperação mútua são fundamentos que estão sendo importados pelas empresas e bastante desenvolvidos no âmbito das organizações. Nesse contexto, torna-se importantíssimo e extremamente produtivo um investimento em defesa principalmente no que tange à preparação dos indivíduos para a vida adulta em sociedade.

Nas últimas décadas, porém, o que se observou nesse sentido foi uma constante redução no contingente incorporado a cada ano. A análise dos dados da DSM (Diretoria de Serviço Militar) demonstra que, durante os últimos anos da década de 80 e toda a década de 90, houve uma considerável redução tanto da quantidade de militares incorporados quanto do percentual de jovens que se alistam e que são convocados para prestarem o serviço militar. Para se ter uma idéia, a tabela 4.3 mostra que em 1987, 9,33 % dos alistados, incorporavam de fato, perfazendo um total de 129.034 jovens militares. No final dos anos 90, apenas 5,35 % dos jovens alistados incorporavam perfazendo assim uma redução de 43% em apenas uma década.

Tabela 4.3 Brasil, Dados do recrutamento do serviço militar

ANO	INCORPORADOS			% INCORPORADOS/ ALISTADOS
	OMA/CPOR	TG	TOTAL	
1987	94.257	34.777	129.034	9,33
1988	88.079	28.965	117.044	9,44
1989	82.142	26.977	119.119	7,96
1990	78.875	22.513	101.388.	7,86
1991	85.398	25.111	110.509	9,19
1992	88.451	25.299	113.750	9,13
1993	71.146	28.530	99.676	7,97
1994	73.890	27.986	101.876	8,12
1995	70.169	27.605	97.774	7,71
1996	58.935	28.488	87.423	6,51
1997	46.176	29.902	76.078	5,46
1998	40.961	31.640	72.601	5,35

Fonte: Diretoria de Serviço Militar (DSM)

LEGENDA

OMA - Organizações Militares da Ativa

CPOR - Centros de Preparação de Oficiais da Reserva

TG - Tiros de Guerra

Nos primeiros anos da presente década, a situação permaneceu a mesma, no ano de 2000 foram apenas 44 mil jovens os quais tiveram que ser dispensados com apenas quatro meses tendo em vista o elevado grau de carência em que se encontrava a força.

No ano de 2004, o governo pareceu, pelo menos nesse sentido, dar alguma sinalização da importância do serviço militar obrigatório através do projeto soldado cidadão, o qual, segundo a DSM, elevou o número de soldados recém incorporados para 83 mil. Tal projeto porém nasce em meio à questões polêmicas principalmente de infra-estrutura e de logística para abrigar esse novo contingente de recrutas tendo em vista a baixa prioridade que é dada, no cenário nacional, à questão militar e o estado de sucateamento que se encontram as Forças Armadas brasileiras. É justamente em busca de evidenciar as características dos gastos públicos atuais brasileiros com defesa e a situação atual das instituições nacionais voltadas para esse fim que se continua com a pesquisa.

4.2 O CONTEXTO ATUAL

Com o fim da Guerra Fria e o fim da divisão bipolar do mundo, os gastos militares mundiais reduziram-se significativamente no que tange ao percentual em relação ao PIB. No Brasil, a análise orçamentária nacional das últimas décadas mostra que, à semelhança do que ocorreu em todo o mundo, tal fenômeno pôde ser observado. Porém, levando-se em consideração as questões políticas e o fato de que grande parte das pessoas que exercem o poder político na atualidade ter sofrido algum tipo de “choque de afinidades” durante tal período, a redução dos gastos ocorreu de maneira ainda mais acentuada. Para se ter uma Idéia, Almeida afirma que em 1990 os gastos militares representavam 1,9% do PIB, em 2001. 1,5%, uma queda de 21%. A análise dos gastos revela que, ao contrário de qualquer outro setor da administração pública, nas Forças Armadas, os inativos já pesam mais que os ativos; e esse peso veio a aumentar ainda mais, em 95, a ativa ficava com 46% e a inativa com 54% dos gastos com pessoal. Hoje os ativos ficam apenas com 42% e os inativos já respondem por 58%. A análise dos dados de pagamento do Exército conforme a tabela 4.4 demonstra que, atualmente, no âmbito do Exército, os inativos respondem por 60,7% do total dos gastos mensais perfazendo um total de R\$ 754.152.000,00/mês.

O ingresso jovem na profissão, a dedicação à atividade física e o aumento natural na expectativa de vida da população brasileira fez com que a massa inativa pesasse ainda mais sobre o contingente ativo. Some-se ainda isso à questões que anteriormente ocorriam, por exemplo o direito à aposentadoria às filhas não casadas (conhecidas como “as filhas dos militares”) e a aposentadoria com o soldo de um posto a mais.

4.4.GASTOS COM PAGAMENTO DO EXÉRCITO – OUT/04

Categoria	Ativo	Inativo	Pensionista	Total
Executado (Em R\$ 1.000)	266.262 23.471*	326.270	257.544	873.547
Quantidade de homens	130.577 85.517*	61.628	108.710	386.432
Anistiados (R\$)**	-	-	-	R\$ 58.257,00

Nota: (*) Efetivo variável, ou seja, militares incorporados no ano corrente (recrutas)
(**) Valor em reais referente à 92 pessoas

Fonte: CPEx (Centro de pagamento do Exército)

Com a dimensão, as carências as quais passam o país e o total desconhecimento da sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelos militares, é difícil convencer a sociedade a gastar mais com as Forças Armadas e o que se vê é a queda do segurança nacional nas prioridades de gastos do governo. Conforme observa-se na tabela 4.5, a oscilação dos gastos com defesa giram em torno de 10% com o decorrer dos anos, tal diferença torna-se mais significativa quando se leva em consideração que 89% dos gastos militares nacionais são direcionados para o pagamento do pessoal (4.6).

4.5 ORÇAMENTO DO EXÉRCITO

QUADRO COMPARATIVO 1997 / 2005 – R\$ MILHÕES

1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005*
930	1.001	1.023	965	1.045	1.141	1.049	1.235	1.504

Fonte: SEF-EB (Secretaria de economia e finanças)

O percentual que é gasto com pesquisa desenvolvimento tecnológico militar é ínfimo, acarretando, como se pode observar no texto do repórter, Hugo Marques, do Jornal do Brasil em sua edição de 11 de julho de 2004, sob o título

“Impassível, governo vê Forças Armadas virarem sucata, orçamento cai e agrava a situação de penúria dos militares brasileiros” e no site do CcomSex (Centro de Comunicação Social do Exército) em seu artigo “carências Humilhantes”.

Segundo tais fontes e baseados na constatação empírica realizada nesta pesquisa, as Forças Armadas brasileiras estão sofrendo um grande processo de sucateamento. Pelas informações de Exército, Marinha e Aeronáutica, a questão salarial não é o único problema enfrentado pela área militar.

Hugo Marques afirma que, entre as três forças, o Exército é talvez a que mais sofre com o processo de envelhecimento dos equipamentos. Um dos poucos projetos de revitalização em curso é a reforma de 630 blindados, lista que inclui os modelos Cascavel e Urutu, hoje utilizados apenas pelas Forças Armadas do derrotado Iraque e por países pobres da África. Foram reservados para este ano R\$ 3,4 milhões, destinados à revitalização dos blindados. Mesmo que tudo corra dentro da normalidade e o governo não retenha o dinheiro, a reforma só estará concluída em 2008.

O autor evidencia que, na Marinha, a situação também é grave. Entre os "grande projetos" em curso, destacam-se a construção do submarino Tikuna, já com 5 anos de atraso para a conclusão, e da corveta Barroso, que está com 8 anos de atraso. Tais atrasos são "decorrente da falta de recursos orçamentários nos últimos anos", segundo informou a Marinha. A retenção do dinheiro - que os governos chamam de contingenciamento do orçamento - continua a Marinha, "vem comprometendo o poder naval brasileiro" nos últimos anos.

A Marinha foi obrigada a antecipar as "baixas" de nove navios e seis aeronaves nestes dois últimos anos em decorrência dos elevados níveis de degradação. "As manutenções vêm sendo degradadas por falta de recursos", informa a Marinha. Os navios da frota oficial no Brasil têm em média 26 anos de serviço.

A Aeronáutica convive com os velhos aviões Mirage III, comprados há 32 anos. Terão de ser desativados obrigatoriamente em dezembro de 2005, devido à

"natural obsolescência". É com essas carcaças que o País tem de garantir a sua soberania e ainda cuidar do espaço aéreo.

A falta de dinheiro é crônica para as três forças. O Centro de Comunicação social do Exército afirma que o orçamento do Exército caiu 27,5% nos últimos 10 anos. Os R\$ 604 milhões reservados para ano de 2004 representam menos da metade do orçamento mínimo concebido pelo Exército. O orçamento da Marinha sofreu queda de 28% nos últimos sete anos, um quadro "extremamente preocupante", segundo o Comando da Marinha.

Os salários das três Forças sofrem defasagem. No Exército, a perda salarial é de 58%, pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado). A Marinha calcula uma perda salarial de 38%, com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Marques demonstra que com a redução do dinheiro, reduziu-se também o acesso de jovens que ingressam no serviço militar a cada ano. Há dez anos, o Exército absorvia 67 mil jovens. Hoje em dia não chega a 50 mil. O maior vexame ocorreu no fim do governo Fernando Henrique, quando o Exército dispensou 44 mil recrutas antes do encerramento do serviço militar. Faltou até mesmo vale-transporte para os militares. A Marinha chegou a absorver 3,2 mil recrutas. Isto foi em 1999. Para o ano de 2004, são 2,6 mil recrutas, mesmo incluindo 522 vagas do tal Programa Soldado Cidadão.

Os grandes projetos das Forças Armadas continuam engavetados. O Plano de Reparcelhamento da Marinha foi apresentado ao Ministério da Defesa e repousa nos gabinetes da Presidência da República. A execução do projeto de obtenção de armamentos do Exército atingiu apenas 31% da meta planejada pelo Plano Plurianual 2000-2003.

A tabela 4.6 evidencia o fato de que 89% dos gastos orçamentários do Exército destinam-se ao pagamento de pessoal, dessa forma, resta muito pouco para o investimento em ciência e tecnologia.

4.6 ORÇAMENTO DO EXÉRCITO 2004	
Pessoal da ativa	<u>28,3 %</u>
Inativos/pensionistas	<u>60,7 %</u>
Fundo do Exército	3,6 %
Movim. Pessoal	2,0 %
ODCC*	4,0 %
Dívida externa	0,6 %
OCE**	0,6 %
Convênios	0,2 %

Nota: (*) Organização para o Desenvolvimento Científico Cultural
(**) Organização Civil de Ensino
Fonte: SEF-EB (Secretaria de economia e finanças)

Levando-se em conta ainda as condições políticas e sócio econômicas do País, já citadas anteriormente, a situação caótica em que se encontram as Forças Armadas brasileiras se originam, dentre outros fatores, da crise em que se encontra embebido o processo orçamentário nacional.

Drefhal (1995) informa que o Estado está sofrendo um enfraquecimento gradual, o qual sofre a ação de uma crise que atinge todos os seus instrumentos e, entre eles, degradando o sistema de orçamento público. Como tentativa de identificação e explicitação das causas estruturais da crise do processo orçamentário público, o autor agrupou-as em quatro categorias: político-

institucionais⁹, normativas¹⁰, técnicas¹¹ e administrativo-operacionais¹². Em seguida, demonstrou, através de um estudo de caso realizado com profissionais do orçamento, os principais pontos a serem tratados dentro de cada uma das causas e como cada uma delas influencia o contexto orçamentário nacional. O trabalho de Drefhal (1995) torna-se uma leitura muito interessante pois “abre caminhos” para o entendimento sistêmico da atual realidade financeira das Forças Armadas.

Apesar de todos os problemas citados na presente pesquisa, as Forças Armadas permanecem, ainda que de maneira não otimizada, realizando suas funções baseadas principalmente na capacidade humana e nos princípios básicos da profissão outrora citados, porém não há como negar os impactos negativos oriundos dos fenômenos acima descritos no funcionamento de uma unidade militar. Em busca de proporcionar uma possibilidade de análise mais próxima do cotidiano, a pesquisa será conduzida para uma análise, ainda que sucinta, de uma unidade do Exército Brasileiro e de como tais fenômenos se refletem em seu interior.

5 O EXÉRCITO BRASILEIRO NA BAHIA

Dentro do Estado da Bahia, o Exército Brasileiro está organizado sob a responsabilidade da 6ª Região Militar e possui três grandes batalhões (19º Batalhão de caçadores, 35º Batalhão de Infantaria e 4º Batalhão de Engenharia e Construção) localizados nas cidades do Salvador, Feira de Santana e Barreiras respectivamente.

⁹ Designa como política-institucionais as causas relacionadas ao processo decisório político e aos órgãos e entidades do Estado incumbidos de lhe dar efetividade.

¹⁰ Normativas, são as causas relacionadas com as regras jurídicas ou administrativas do processo orçamentário.

¹¹ Designam-se como técnicas as causas relacionadas com os recursos humanos ou instrumentais especializados e que devam contribuir para a eficácia do orçamento, em qualquer das suas fases.

¹² Designa-se como administrativo-operacionais as causas de natureza instrumental relacionadas com os aspectos gerenciais e de formulação, execução e controle do orçamento.

Além das grandes unidades, o Exército possui oito sub-unidades (Companhia de comando da 6ª região militar, companhia de Polícia do Exército/6, Quarta Companhia de Guardas, Parque de manutenção/6, Décima sétima Circunscrição do Serviço Militar, Décima oitava Circunscrição do Serviço Militar, Quinquagésimo primeiro Centro de Telemática, Sexto Depósito de Suprimento e Primeira Companhia de Fuzileiros) todas, exceto a última, localizadas na cidade do Salvador e essa na cidade de Paulo Afonso.

Possui também duas escolas (Colégio Militar do Salvador e Escola de Administração do Exército), um hospital (Hospital Geral do Exército em Salvador) e vinte e três tiros de guerra localizados tanto em cidades bastante habitadas tais como Ilhéus, Itabuna, Cachoeira e Camaçari quanto em outras tais como Camacan, Macari e Brumado.

A divisão do Exército da maneira acima descrita visa estabelecer claramente quais são as atribuições de cada uma das organizações militares. Por exemplo a Companhia de Polícia do Exército desenvolve todo um treinamento voltado para a área de policiamento ostensivo e desenvolvimento de perícias técnicas em locais e/ou materiais ligados à força. A Quarta Companhia de Guardas volta-se para a segurança de autoridades e a realização de guardas de honra e fúnebres. As grandes unidades desenvolvem um treinamento intensivo na formação dos soldados combatentes dando ênfase à formação militar procurando simular situações o mais próximas possíveis da realidade. O Batalhão de Engenharia e Construção desenvolve um importante trabalho junto aos governos federal e estadual na reconstrução de rodovias que cortam não só a Bahia como todo o Nordeste do Brasil. O Colégio Militar de Salvador propicia à sociedade baiana acesso à um ensino de qualidade por um preço bastante acessível, bastando para isso que o interessado realize um concurso público e seja aprovado.

Vale salientar que todas as unidades, anualmente, absorvem jovens oriundos da sociedade e lhes propiciam, além do treinamento militar, toda uma formação moral e cívica além de dar-lhes acesso à sistemática de funcionamento de uma empresa preparando-lhes para a vida em sociedade. Nesse sentido, destacam-

se as ações realizadas nos tiros de guerra onde, na maioria das vezes, os jovens são ainda mais carentes (tanto financeiramente quanto no que tange à formação moral, cívica e profissional) que os cidadãos da capital. Esses jovens buscam a participação no tiro de guerra, ainda que de forma não remunerada, principalmente por acreditarem que isto lhes proporcionará um diferencial frente a um mercado de trabalho tão escasso quanto é o da realidade a qual eles enfrentam.

O efetivo do Exército Brasileiro na Bahia gira em torno de 8.200 (oito mil e duzentos) homens. Desse total, cerca de 30%, ou seja, aproximadamente 2.460 (dois mil quatrocentos e sessenta) homens são militares recém incorporados que estão no serviço militar obrigatório. Se for tomado como referência um período tal como 20 anos, tomando-se como hipótese ainda que esse percentual é uma constante, em uma geração, 49.200 (quarenta e nove mil e duzentos homens), tiveram acesso a essa escola de civismo e formação de valores que é o Exército Brasileiro. Vale ressaltar ainda que a função de formação de jovens militares não é desenvolvida somente pelo Exército, trabalho semelhante também é desempenhado pela Marinha e Aeronáutica guardadas as devidas proporções.

A formação de jovens não se configura como a única contribuição do Exército para a sociedade baiana. A instituição possui como frase síntese dos seus objetivos a afirmação de que pode atuar tanto em atividades de segurança quanto em situações de apoio humanitário em geral “... *Exército Brasileiro: Braço forte, Mão Amiga* ..”. Nesse sentido, a Força terrestre têm atuado nas duas vertentes. No que tange ao “braço forte” pode-se destacar o apoio as eleições onde, devido à uma situação de hostilidade e o provável risco de problemas de fraude e insegurança no processo, ocorreram solicitações fundamentadas na credibilidade que a instituição dispõe a fim de que tudo transcorresse de maneira satisfatória. Outra situação que merece destaque, no que se refere a atividades de segurança relativas ao Exército, foi no momento da paralisação da Polícia Militar do Estado da Bahia. Em tal evento o caos urbano começava a se instalar devido à ausência de policiamento nas ruas. A onda de saques tomava conta da cidade e o índice de crimes aumentava consideravelmente. Em determinado momento, o Exército

Brasileiro foi acionado e, apesar de a segurança urbana não ser sua missão constitucional, foi planejado um sistema de patrulhamento e combate à criminalidade até que a situação tendesse novamente a normalidade.

Em se tratando da “mão amiga” da Instituição, destacam-se o que se convencionou denominar de ACISO (Ação Cívico Social), tais ações fundamentam-se em apoio gratuito à comunidades carentes proporcionando-lhes atendimento médico-odontológico, distribuição de cestas básicas e em realização de palestras sobre temas variados tais como educação sexual e planejamento familiar. Tudo isso visando proporcionar, além do benefício as pessoas atendidas, uma maior integração entre a sociedade civil e militar.

A atividade mais importante relacionada à questão humanitária do Exército porém trata-se das operações PIPA e PRODEA realizadas em parceria com os governos estadual e federal. Tais atividades consistem em distribuição de água e alimentos, respectivamente, a regiões castigadas pela seca onde a população vive na situação da mais absoluta miséria. Desta forma, tais atividades propiciam uma nova possibilidade para as famílias contempladas e um privilégio para a força.

5.1 A 4ª CIA GD/ 6ª RM E OS PRINCIPAIS REFLEXOS APRESENTADOS

Como já explicitado em seções anteriores, o presente trabalho obteve como principal estimulante o fato de esse pesquisador desenvolver uma atividade profissional dentro da organização em questão. O propósito dessa seção é evidenciar uma parte das atividades que são desenvolvidas pela instituição bem como demonstrar os principais impactos dos fenômenos políticos e orçamentários em seu interior.

Localizada na Av. Luiz Vianna Filho S/N, Paralela, Salvador-BA, constitui-se de uma unidade operacional do Exército Brasileiro, tendo em seu efetivo 235 (Duzentos e trinta e cinco) homens, sendo um percentual de 29% desses do efetivo variável. Dentro dos principais processos finalísticos da unidade encontram-se a realização de guardas diversas (de honra, fúnebres, segurança de autoridades, instalações, entre outras) além da formação de combatentes para a reserva e a preparação Moral e Cívica dos jovens recém ingressados na força. Nesse sentido se destacam a guarda fúnebre da Irmã Dulce, a guarda de recepção do papa João Paulo II e a segurança dos presidentes nacionais quando de visita à Bahia.

Possui a característica de uma unidade administrativa semi-autônoma, ou seja, não realiza seu próprio planejamento orçamentário anual, estando a descentralização de recursos para a unidade vinculada diretamente ao orçamento e ao planejamento da Diretoria de Administração Financeira (DIAF) e da Secretaria de Economia e Finanças (SEF), órgão aos quais é subordinado financeiramente. Além dos recursos oriundos do tesouro nacional, são gerados recursos pela própria Organização Militar (OM) os quais têm sua proveniência principalmente através dos contratos de cessão de uso na sua área.

Dentro da instituição investigada, a junção da pouca vontade política em relação à manutenção das Forças Armadas fortes com a crise em que se encontra mergulhado o processo orçamentário brasileiro, acarreta consequências seríssimas no que tange ao cumprimento de maneira otimizada das suas funções. Para se ter uma idéia em 1993, o efetivo incorporado de soldados era de 106 (cento e seis) homens, atualmente se incorporam apenas 69 (sessenta e nove), ou seja, uma queda percentual de 45% ano.

Além disso, apesar do efetivo reduzido, formação do soldado fica extremamente comprometida na medida em que faltam meios e equipamentos básicos indispensáveis para os treinamentos específicos. Já faz alguns anos que a instituição é obrigada, em determinados períodos do ano, a trabalhar em meio

expediente tendo em vista a ausência de alimentação suficiente para toda a tropa, com isso, todo o planejamento realizado, baseando-se em uma quantidade prevista de horas/aula, fica impossível de ser concretizado.

A obsolescência crescente do material utilizado, apesar da constante manutenção à qual eles são submetidos, torna necessária, em número cada vez maior, a utilização de improvisos a fim de simular uma situação o mais próximo da realidade. A ausência de recursos é tanta que algumas atividades tradicionais, por vezes, tiveram que ser canceladas porque não havia disponibilidade nem de combustível.

Da análise do acima exposto e através de visitas realizada à outras Organizações Militares, chega-se a conclusão de que os fenômenos acima citados não são exclusividade da organização estudada. Problemas relacionados combustível, alimentação e material específico para a formação militar fazem parte da realidade das organizações militares nacionais.

Além disso, torna-se claro que a quantidade de recursos e materiais recebidos pela Organização Militar encontra-se muito aquém do necessário e, se tal tendência não for revertida, o processo de degradação das Forças Armadas nacionais afundará cada vez mais nesse “poço sem fundo” no qual está imerso, chegando à possibilidade de, no longo prazo, não existirem mais.

6 PALAVRAS FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Seria leviano querer esgotar, com esta simples pesquisa, a discussão sobre a questão da defesa, sua relação com a formação econômica mundial/nacional e a situação em que esta se encontra no cenário nacional atualmente tendo em vista tratar-se de um assunto amplo e extremamente complexo. É importante salientar também que a pesquisa foi realizada somente tendo referência alguns autores não podendo esgotar todo o referencial teórico o que não lhe exime de cometer

algum equívoco de avaliação sobre o que é realmente representativo dentro do que se pretende estudar.

No decorrer da pesquisa, procurei, com o máximo de intensidade possível não me deixar mover pela paixão que possuo pelo tema, buscando assim manter o máximo de imparcialidade nas avaliações realizadas.

Acredito, assim como Almeida, que a defesa nacional é um bem público, devendo ser oferecido pelo estado e de maneira ininterrupta. Como tal, os gastos com defesa devem seguir os princípios orçamentários da mesma maneira que os outros bens dessa natureza. Porém, considero que a maneira com que se deve “voltar os olhos” para a utilização dos recursos públicos com defesa deve ser diferenciada tendo em vista que esse bem é extremamente importante e de vital caráter estratégico para a manutenção da soberania nacional porque garante um direito básico de qualquer Nação que é o de existir.

Considero que a análise sobre um investimento em maior ou menor grau não deva estar somente associada ao caráter de externalidades ou de crescimento econômico tais como analisaram Benoit, Hartley e Sandler. O foco deve estar centrado no fato de que o “bem defesa” consiste em um dos pilares básicos para o desenvolvimento econômico de uma nação tendo em vista que, em um cenário de instabilidade ou de conflitos, todas as atenções se voltam para a resolução do problema e o fator produtivo tende a deixar de ser a primeira prioridade.

Acredito que o tema defesa é e sempre foi muito importante para a conquista e a manutenção dos principais interesses econômicos de uma nação. Concordo com Costa, Pazzinato e Figueiredo quando estes afirmam que a formação dos grandes impérios que a humanidade observou estava solidamente ancorada na capacidade de guerrear que esses impérios dispunham.

A defesa nacional está intimamente entrelaçada com o poder nacional que uma Nação dispõe, porém aquela não deve ser de preocupação unicamente das instituições militares. Mesmo levando-se em consideração que o Brasil é um país que não tem tradições de promover a guerra, considero importante uma

mobilização por parte da classe política nacional a fim de criar uma “consciência coletiva” a qual será fundamental para inculcar na mente das pessoas que a preocupação e o amor ao país é de responsabilidade de todos os cidadãos. Assim sendo, tal conscientização deve estar voltada para a educação moral e cívica dos jovens com o objetivo de, no longo prazo, atingir resultados satisfatórios.

Tenho a convicção de que não há nada pior para um país do que uma situação de guerra, tendo em vista a quantidade de mortes e atrocidades que dela se originam. Porém, não há como omitir que, principalmente no campo tecnológico, a busca armamentista e a necessidade da rápida evolução tecnológica da indústria bélica, haja vista que tal necessidade encontrava-se vinculada à busca da hegemonia política e econômica mundial, proporcionou, direta ou indiretamente, um grande avanço tecnológico mundial e a possibilidade de formação das bases produtivas das nações. Os desenvolvimentos científicos voltados para a área militar proporcionaram a criação de tecnologias que facilitaram todo cotidiano da humanidade e propiciaram um salto qualitativo na vida dos cidadãos de todo o mundo capitalista.

No Brasil, grande parte da formação do parque industrial nacional deveu-se, além das conjunturas econômicas da época, à filosofia econômica desenvolvimentista, cepalina e com forte apoio estatal do regime militar. Outro fator importante na formação econômica nacional vinculada à atividade militar foi a exploração econômica em áreas de difícil acesso e a posterior formação de cidades nesses locais. Tal fenômeno provocou a formação de uma atividade econômica onde até então nada era explorado e possibilitou a existência das condições estruturais adequadas para que essas cidades se desenvolvessem.

Atualmente, vejo as forças armadas como o principal centro de civismo nacional, grande responsável pela complementação da formação do caráter de milhares de jovens e como elemento importante na preparação desses jovens para a vida adulta em sociedade bem como para a atividade profissional.

Nas últimas décadas, haja vista a existência de situações políticas antagônicas oriundas do regime militar, o que se vê é a redução gradual dos gastos nacionais com defesa, somado-se a isso se encontram aspectos peculiares, principalmente de caráter previdenciário. Considero que há a necessidade de se repensar uma maneira de diminuir o peso da previdência no orçamento das forças armadas, pois com um percentual de 89% dos gastos voltados para o pagamento do pessoal, aliado à uma tendência de aumento percentual desse número, torna-se uma tarefa extremamente complicada promover o desenvolvimento tecnológico dessas.

Não quero com isso afirmar que a quantidade de recursos descontingenciados para as forças armadas são suficientes e atribuir todo o caráter de obsolescência na qual esta se encontra embebida à questão do pagamento do pessoal. As “feridas” citadas por Hugo Marques continuam abertas e trazem como impacto, como pude observar na Organização Militar que mobilizou o início da pesquisa, a obsolescência dos materiais, a formação dos soldados de maneira não utilizada e a dificuldade de realização das tarefas necessárias.

Considero importante e economicamente produtivo o aumento dos investimentos em defesa principalmente em relação às possibilidades positivas que dela possam advir. Dessa forma, é preciso que sejam reformuladas estratégias que voltem o orçamento para o desenvolvimento tecnológico e a formação otimizada do jovem que está prestes a entrar no mercado de trabalho.

Não há condições de entender o problema da crise em que se encontra submergida as Forças Armadas nacionais e pelo qual passa o processo orçamentário brasileiro sem associá-los ao quadro histórico e estrutural da nação, bem como não é possível entendê-los sem associar um ao outro.

Sendo assim, é o estado o grande responsável por realizar a mobilização da sociedade a fim de estabelecer novos paradigmas tanto da relação entre as Forças Armadas e a classe política nacional quanto da realização de uma administração pública voltada para uma melhor ênfase nos processos de

planejamento, orçamento, utilização dos recursos e controle, ambos embasados em uma maneira mais eficaz de realização do processo decisório.

Para tal, é importante a disseminação de valores que estabeleçam o comprometimento do indivíduo com sua nação, que se invista em uma política de valorização e especialização dos recursos humanos e que, principalmente, invista-se na educação e desenvolvimento da capacidade política do indivíduo comum a fim que se estabeleça claramente, na mente de cada um, o que se deve cobrar e quais são as prioridades de utilização dos recursos que são originários do pagamento dos seus impostos.

Espero que os resultados aqui apresentados colaborem “abrir os olhos” da sociedade quanto a importância das Forças Armadas para a manutenção da segurança nacional, da soberania nacional bem como do desenvolvimento produtivo e da formação cívica e moral dos indivíduos. Desejo também que esta pesquisa sirva para elucidar que tais deveres não são única e exclusivamente restritos às Forças Armadas e sim obrigação de todos os cidadãos que nesse país residem. Além disso, espero que sejam suscitados, a partir dessa, novos debates sobre soluções para melhoria na situação em que os organismos nacionais de defesa se encontram e estimular os debates sobre o processo orçamentário público servindo de estímulo ao surgimento de novas contribuições a respeito do assunto. Foram esses os desafios que me propus a aceitar.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva. et ali. *A Ordem do Progresso*. 12ª Edição. São Paulo: Campus, 1995.

- ALMEIDA, Carlos Wellington Leite de. Defesa Econômica. In: Research and Education Defense and Security Studies, Brasília: TCU, 2002 p.10-27.
- BENOIT, Emile. *Defense and economic growth in developing countries*. Lexington. USA: Lexington Book,1975.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: TCU, 2001
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Fundamentos Doutrinários*. Rio de Janeiro: 1998
- BRASIL. *Lei 4320*; 17Mar64. “Dispõe sobre normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do distrito federal”. Brasília: Imprensa Nacional, 1964.
- BRASIL. Presidência da República. *Política de Defesa Nacional*. Brasília: Imprensa Nacional,1999.
- CÂNDIDO, J. O. Júnior. *Os Gastos no Brasil são Produtivos?*, revista IPEA, v16, P. 233-260, 1995.
- COSTA, Carlos A.T. *Segurança Externa*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2001.
- DIAMOND, Jared. *Armas Germes e Aço*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- DREFAHL, Harold. A crise do processo orçamentário brasileiro: As causas estruturais e uma proposta de reinterpretação. In: Encontro Nacional de Administração, 19, Brasília Out 1995. Anais: Brasília; 1995. p 352-398.

- FIGUEIREDO, Sérgio D. Os indicadores na análise da situação internacional. Revista da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: vol 20, nº 06, pag 54-69, 2000.
- FRANKO, Patrice. *The Brazilian Defense Industry*. Boulder, USA: Westview Press, 1992..
- FRANKO, Patrice. *The Economics of Defense: An Introduction*. Waterville, USA: Colby College, 2000.
- FRIEDMAN, Thomas L. *The Lexus and The olive Tree*. USA, 1998
- FURTADO, Celso. Brasil: Da República Oligárquica ao Governo Militar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GREMAUD, Amaury Patrick, et ali. *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, Atlas, 1997.
- HARTLEY, Keith, SANDLER, Todd. *The Economics of Defense*. Cambridge, USA: Cambridge University Press, 1995.
- LANNING, Michael Lee. *Chefes Líderes e Pensadores Militares*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1999.
- LONGO, Wladimir Pirró. *Tecnologia e Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: ESG, 1998.
- MAGALHÃES, J. B. *Civilização Guerra e chefes militares*. Rio de Janeiro: BIBLIEX., 2000
- PAZZINATO, Alceu Luiz. *História Moderna e contemporânea*. Rio de Janeiro: Ática, 1997.

- SINGER, Paul. *O milagre Brasileiro: Causas e Consequências*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1989.
- SORIANO NETO, Manoel. *Amazônia – O Grande Desafio*. Manaus, 2002.
- SYLLUS, C. *Condições de Contorno para uma Política de Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro, 2003.
- SYLLUS, C. *Tecnologia, poder e Segurança Nacional*. Rio de Janeiro, 2002.